

ALD BIOENERGIA DECIOLÂNDIA S.A. CNPJ nº 23.887.964/0001-07 - NIRE: 51300017911 - Rodovia BR-364 - Km 738 - Zona Rural - Nova Marilândia/MT RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2024 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais) As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023 (Em milhares de Reais) As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais) As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais) As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Página 1 de 5 Perfil da Companhia A ALD Bioenergia Deciolândia S.A., localizada em Nova Marilândia/MT, é uma empresa de capital 100% nacional. Fundada por 24 acionistas, majoritariamente produtores agrícolas da região, a Companhia é especializada na transformação do milho local em biocombustíveis e coprodutos de alto valor. Seu portfólio inclui etanol hidratado, DDGS (farelo para nutrição animal) e óleo de milho (desde 2023). Com uma capacidade atual de moagem de milho de até 1.000 t/dia, a Companhia produz, conforme sua capacidade instalada, entre 390 e 420 mil litros de etanol, 220 a 240 toneladas de DDGS, e 15 a 18 toneladas de óleo de milho por dia. Como um novo marco na consolidação do negócio, em 2024, a Companhia obteve aprovação de seus acionistas para a expansão de seu complexo industrial, com início das obras previsto para a segunda metade de 2025, visando triplicar a capacidade instalada, alcançando assim uma escala e robustez estratégica no segmento de biocombustíveis, consolidando sua presença no setor de bioenergia Matogrossense.

Cenário Econômico e Setorial Em 2024, a economia brasileira enfrentou um ambiente desafiador, com persistência de taxas de juros elevadas e crédito restrito, exigindo resiliência operacional do setor produtivo. Nesse contexto, o setor de biocombustíveis se destacou, impulsionado pela demanda aquecida por etanol e pelo arcabouço do programa federal RenovaBio, que, com a contínua geração de CBIOS, oferece um ambiente regulatório e de suporte à competitividade. No Mato Grosso, apesar da instabilidade climática inicial, a segunda safra de milho apresentou desempenho normal, crucial para a originação do milho processado pela ALD. A Companhia, que opera em regime contínuo ao longo do ano, tem por premissa utilizar matéria-prima cultivada localmente, fortalece a economia regional. Apesar dos desafios logísticos inerentes ao Mato Grosso, a ALD Bioenergia demonstrou notável capacidade de adaptação, focada na otimização da logística de transporte dos insumos de produção e na aquisição local de matéria-prima, aliada ao foco estratégico em eficiência e gestão financeira.

Contexto da ALD Bioenergia O ano de 2024 marcou um recorde para a oferta de etanol no Brasil, atingindo impressionantes 36,83 bilhões de litros. Desse volume, o etanol de milho se destacou com 7,7 bilhões de litros, sendo que Mato Grosso responde por cerca de 70% dessa produção nacional, conforme a UNICA2. Nesse cenário, a ALD Bioenergia localizada no município de Nova Marilândia (MT), com capacidade para produzir 150 milhões de litros de etanol de milho por ano e moer 1.000 toneladas de milho por dia, se destaca com um player estratégico etanol de milho na região sudoeste do estado.

Demonstração do Resultado Comparativa (DRE) O desempenho operacional da ALD Bioenergia em 2024 foi notável, com o EBITDA ajustado saltando 219% para R\$ 67.575 mil (em comparação com R\$ 21.188 mil em 2023). Essa performance resultou em uma margem EBITDA de 16,0%, representando um avanço de 09 pontos percentuais em relação a 2023, o que evidencia a robustez do modelo de negócio. Tal progresso é um reflexo direto do crescimento de 29% na Receita Líquida, que alcançou R\$ 410,2 milhões, impulsionado pela expansão do volume de produção e o aumento dos preços médios de venda dos produtos acabados, notadamente o Etanol hidratado. A consistente melhoria da margem e a reversão do prejuízo para um lucro líquido de R\$ 24,9 milhões demonstram a eficácia da gestão da ALD Bioenergia em otimizar processos e controlar custos, consolidando resultados sólidos mesmo em um ambiente econômico desafiador e alinhando o crescimento financeiro com suas práticas sustentáveis.

2024 2023 Lucro líquido 24.963 (5.987) Margem líquida 6% (2%) (+) Resultado financeiro 32.842 24.638 (+) Impostos 974 (6.186) (+) Depreciação e amortização 8.796 8.723 EBITDA 67.575 21.188 Margem EBITDA 16% 7% Receita líquida 410.231 317.801 Desempenho Operacional Em 2024, a ALD Bioenergia alcançou um marco significativo em sua produção, impulsionada pela otimização operacional, rendimentos industriais aprimorados e a expansão bem-sucedida da capacidade instalada.

Quadro Resumo dos principais indicadores de desempenho Destaques Operacionais 2024 2023 Var. (%) Produção de Etanol (Milhões de Litros) 134,9 102,6 31% Produção de DDGS (Milhares de Toneladas) 69,6 62,7 11% A produção de etanol cresceu 31%, atingindo 134,9 milhões de litros, enquanto a produção de DDGS aumentou 11%, totalizando 69.571 toneladas. O notável incremento na produção de etanol se traduziu em um crescimento ainda maior da receita (+38%), evidenciando a eficácia das estratégias comerciais e a melhora nos preços de mercado. Este expressivo aumento produtivo está diretamente correlacionado com a maior moagem de milho e a otimização da capacidade instalada. A otimização contínua e a melhoria de rendimentos são pilares da estratégia da ALD, fortalecendo sua liderança e gerando impacto positivo na economia regional.

Sustentabilidade e ESG A ALD Bioenergia integra a sustentabilidade em sua estratégia de negócios, com foco em um modelo de economia circular e priorizando as práticas ESG (Ambiental, Social e Governança). No pilar Ambiental, a Companhia destaca-se pela produção de etanol de milho, um biocombustível que contribui para a economia de baixo carbono e a redução de emissões. A empresa otimiza o uso de recursos naturais, investe em tecnologias de baixo impacto e eficiência energética, e realiza a gestão de resíduos e coprodutos, como o DDGS para nutrição animal. Em 2024, 4% dos investimentos foram destinados a projetos de sustentabilidade. No aspecto Social, a ALD Bioenergia é um importante gerador de empregos diretos e indiretos na região de Tangará da Serra (MT), fomentando o agronegócio local pela compra de matéria-prima e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. A valorização dos colaboradores é evidenciada pelo aumento significativo nas despesas com pessoal devido à expansão. Quanto à Governança, a empresa adota uma política conservadora de distribuição de dividendos para reinvestimento e fortalecimento financeiro. Sua gestão é eficiente e responsável, com foco na redução da dívida, transparência (evidenciada pelo Relatório de Sustentabilidade) e cumprimento rigoroso de leis e regulamentos, operando sob uma estrutura de governança sólida. Em suma, a ALD Bioenergia demonstrou em 2024 um compromisso contínuo com o crescimento e a sustentabilidade, com avanços significativos

em todas as dimensões ESG. Perspectivas para 2025 AALD Bioenergia projeta 2025 com foco estratégico em expansão da moagem de milho, crescimento da produção de óleo, e fortalecimento no mercado de CBIOS. A Companhia planeja intensificar investimentos em infraestrutura logística para otimizar a distribuição e alcançar novos mercados, buscando maior rentabilidade através da eficiência industrial e comercial. Há uma expectativa de evolução positiva no mix de produtos, impulsionada pela valorização do DDGS e oportunidades internacionais. AALD Bioenergia manterá o monitoramento de riscos climáticos e de suprimentos, reafirmando seu compromisso com a gestão integrada e a sustentabilidade financeira para consolidar sua posição no setor. Em 2025 temos a expectativa de iniciar a triplicação do nosso parque industrial, cujas obras deverão ter início já no segundo semestre. Este avanço representa mais oportunidades de emprego, renda e crescimento para o Estado de Mato Grosso, além de fortalecer nossa atuação no setor de bioenergia. Seguimos crescendo com excelência, reafirmando nosso compromisso com a sustentabilidade e com a construção de um futuro mais próspero e responsável.

Nota 2024 2023 Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro (Prejuízo) do exercício antes dos impostos 24.963 (12.173) Ajustes para: Depreciação e amortização 11/12 8.796 6.314 Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado 11 – 2 Variação cambial passiva – (1.139) Imposto de renda e contribuição social correntes 2.889 – Imposto de renda e contribuição social diferidos (248) – Reversão de provisão para perda em estoque (2.938) – Provisão para perda de clientes 1.558 – Valor justos de instrumento financeiro 20 – (218) Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos 14 31.111 27.872 66.131 20.658 Variações em: (Aumento) ou redução de ativos: Contas a receber (5.683) (908) Estoque 63.594 (64.605) Adiantamentos e outras contas a receber 663 3.651 Impostos a recuperar (6.758) (8.571) Outros ativos (1.204) (447) Variações em: (Aumento) ou redução de ativos: Fornecedores 5.806 63.323 Ordenados e salários a pagar 2.053 (423) Impostos e contribuições a recolher 201 281 Adiantamentos recebidos de clientes 2.190 703 Outras obrigações (154) 1.526 Caixa gerado nas atividades operacionais 126.839 15.188 Juros pagos de empréstimos e financiamentos 14 (36.733) (17.183) Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades operacionais 90.106 (1.995) Aquisição de ativos imobilizados 11 (29.525) (100.427) Aportes em investimentos (1.042) (348) Caixa líquido usado nas atividades de investimentos (30.567) (100.775) Captações de empréstimos e financiamentos 14 100.362 127.462 Pagamentos de empréstimos e financiamentos 14 (124.482) (44.914) Dividendos pagos (1.341) – Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de financiamento (25.461) 82.548 Variação no caixa e equivalente de caixa 34.078 (20.222) Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do exercício 17.229 37.451 Saldo de caixa e equivalente de caixa no final do exercício 51.307 17.229 Ativo Nota 2024 2023 Circulante Caixa e equivalentes de caixa 7 51.307 17.229 Contas a receber de clientes 8 11.775 7.650 Estoques 9 104.389 165.045 Adiantamentos e outras contas a receber 1.505 2.168 Impostos a recuperar 10 31.650 24.892 Outros ativos 2.736 1.533 Total do ativo circulante 203.362 218.517 Não circulante Realizável a longo prazo Impostos a recuperar 10 20.516 20.516 Impostos diferidos 26 6.853 6.605 Outros ativos de longo prazo 166 166 Total do ativo realizável a longo prazo 27.535 27.287 Investimentos 1.705 663 Imobilizado 11 316.276 293.096 Intangível 12 9.221 11.672 327.202 305.431 Total do ativo não circulante 354.737 332.718 Total do ativo 558.099 551.235 Passivo Nota 2024 2023 Circulante Fornecedores 13 133.270 127.464 Empréstimos e financiamentos de terceiros 14 94.477 138.788 Ordenados e salários a pagar 4.280 2.227 Impostos e contribuições a recolher 15 5.590 2.500 Adiantamentos recebidos de clientes 3.229 1.039 Dividendos a pagar 16 1.682 3.341 Outras obrigações 2.274 2.428 Total do passivo circulante 244.802 277.787 Não circulante Empréstimos e financiamentos de terceiros 14 123.646 107.077 Total do passivo não circulante 123.646 107.077 Patrimônio líquido Capital social 17 90.000 90.000 Reservas de lucros 17 99.652 76.371 Total do patrimônio líquido 189.652 166.371 Total do passivo 368.448 384.864 Total do passivo e patrimônio líquido 558.099 551.235 Nota 2024 2023 Operações continuadas Receita líquida 21 410.231 317.801 Custos dos produtos e mercadorias vendidas 22 (325.992) (286.340) Lucro bruto 84.239 31.461 Despesas de vendas e distribuição 23 (6.663) (7.271) Despesas administrativas e gerais 24 (18.222) (14.051) Outras receitas e despesas (575) 2.326 Total despesas operacionais e líquidas (25.460) (18.996) Lucro antes das financeiras líquidas 58.779 12.465 Receitas financeiras 25 4.019 5.930 Despesas financeiras 25 (36.861) (30.568) Lucro (prejuízo) antes dos impostos 25.937 (12.173) DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023 (Em milhares de Reais) 2024 2023 Lucro (prejuízo) líquido do exercício 24.963 (5.987) Outros resultados abrangentes – – Total do resultado abrangente do exercício 24.963 (5.987) Imposto de renda e contribuição social correntes 26 (1.222) – Imposto de renda e contribuição social diferidos 26 248 6.186 Lucro (prejuízo) líquido do exercício 24.963 (5.987) Lucro líquido do exercício por ação (R\$) 0,28 (0,07) Reservas de lucros Capital social Reserva de incentivos fiscais Reserva de lucros Lucros retidos Lucros (prejuízos) acumulados Total do patrimônio líquido Saldos em 31 de dezembro de 2022 90.000 55.862 4.812 21.422 – 172.096 Prejuízo do exercício – – – – (5.987) (5.987) Destinação dos lucros: Reserva de incentivos fiscais – 3.765 – – (3.765) – Outras transações do período – – – – 262 – 262 Transferência de retenção de lucros – – – – (9.752) 9.752 – Saldos em 31 de dezembro de 2023 90.000 59.627 4.812 11.932 – 166.371 Lucro do exercício – – – – 24.963 24.963 Destinação dos lucros: Reserva de incentivos fiscais – 15.306 – – (15.306) – Constituição de reserva legal – – 1.248 – (1.248) – Dividendos mínimos – – – – (1.682) (1.682) Transferência de retenção de lucros – – – – 6.727 (6.727) – Saldos em 31 de dezembro de 2024 90.000 74.933 6.060 18.659 – 189.652 1. Contexto operacional AALD Bioenergia Deciolândia S.A. (“Companhia”, “ALD Bioenergia” ou “ALD”) foi constituída em 21 de dezembro de 2015, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro à Rodovia BR-364, Km 738 - Zona Rural, em Nova Marilândia/MT. AALD Bioenergia Deciolândia S.A. possui como objeto social de fabricação de etanol e DDGS (Distiller's dried grains with solubles), tendo como matéria-prima o milho em grãos e biomassa em sua matriz energética. Sua matriz está localizada no município de Nova Marilândia, no estado do Mato Grosso. A Companhia possui uma matriz e duas filiais, sendo a filial 01 localizada no município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, tendo como objetivo serviços combinados de escritório e apoio administrativo e a filial 02 localizada no município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, exerce a atividade e de armazenamento e depósito e guarda de produtos próprios para industrialização, atuando inclusive como armazéns gerais. A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 41.440 (R\$ 59.270 em 31 de dezembro de 2023), lucro líquido de R\$ 24.963 (prejuízo líquido de R\$ 5.987 em 31 de dezembro de 2023) e fluxo de caixa operacional positivo em R\$ 90.106 (fluxo de caixa negativo das atividades operacionais de R\$ 1.995 em 31 de dezembro de 2023). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante, bem como o atendimento local de clientes, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro dos seus controladores o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos na capacidade da entidade cumprir com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações

financeiras e principais políticas contábeis As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo presidente do Conselho de Administração em 24 de junho de 2025. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

ALD BIOENERGIA DECIOLÂNDIA S/A Página 2 de 5

4. Uso de estimativas Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 - vida útil do ativo imobilizado.
- Nota explicativa 26 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(ii) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 20.

5. Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo.

6. Políticas contábeis materiais A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

6.1 Mudanças nas principais políticas contábeis: Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: A Companhia adotou a Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante e Passivos Não Circulantes com Covenants - Alterações ao CPC 26, conforme emitido em 2020 e 2022. As alterações aplicam-se retrospectivamente para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2024. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a cláusulas restritivas dentro de 12 meses após o período de relatório. A Companhia concluiu que não houve impactos na aplicação inicial dessa norma.

Alterações ao CPC 03 e ao CPC 40 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação: As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

6.2 Políticas contábeis materiais: a. Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio nas datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Receita: Receita de contrato com cliente: Etanol: Embora um pequeno percentual das vendas seja realizado por meio de contratos de curto prazo (menos de 12 meses) ou de longo prazo (mais de 12 meses), a maioria das vendas são realizadas no mercado spot. Os volumes contratados consistem em termos de volume fixo com preços variáveis. O preço de venda é determinado com base no índice relevante (ESALQ MT) mais um diferencial de base dependendo da localização do cliente final e condições de envio. A Companhia reconhece a receita quando atende às obrigações de desempenho nos termos dos contratos e tendo ocorrido a transferência do controle de seus produtos para seus clientes.

Nutrição animal: Embora uma pequena porcentagem das vendas sejam contratos à vista ou de longo prazo (mais de 12 meses), as vendas de nutrição animal são normalmente realizadas por meio de contratos de curto prazo (menos de 12 meses) com preços e volumes fixos estipulados no contrato. O preço é determinado por meio de negociações com os clientes e geralmente é baseado no preço de outras commodities, como o farelo de soja, convertido pelo teor de proteína e mais um diferencial de base dependendo da localização do cliente final e dos termos de envio. A Companhia reconhece a receita quando atende às obrigações de desempenho nos termos dos contratos e tendo ocorrido a transferência do controle de seus produtos para seus clientes.

Óleo de milho: As vendas de óleo de milho são majoritariamente realizadas por meio de contratos de curto prazo (prazo inferior a 12 meses), com preços e volumes fixos previamente acordados com os clientes. Uma parcela menor das vendas ocorre de forma avulsa (à vista) ou por meio de contratos de longo prazo. O preço do óleo de milho é estabelecido com base em negociações comerciais e normalmente referenciado em indicadores de mercado, considerando cotações de commodities correlatas (como óleo de soja), além de um diferencial de base (basis) ajustado conforme a localização do cliente final e os termos de frete e entrega acordados. A Companhia reconhece a receita de vendas de óleo de milho quando

satisfaz suas obrigações de desempenho, nos termos dos contratos firmados, ou seja, quando há a transferência do controle do produto ao cliente, o que normalmente ocorre na entrega física ou faturamento, conforme cláusulas contratuais.

c. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

d. Subvenção e assistência governamentais: As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos em que as despesas correlatas são registradas. As subvenções governamentais visam equilibrar os custos incorridos pelas empresas e incentivar investimentos junto ao Estado. A legislação que regula todo e qualquer incentivo fiscal no Estado do MT é a LC 631/2019, que entrou em vigor a partir do dia 01/01/2020, que traz várias modalidades de incentivos fiscais, maiores detalhes veja nota 17.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros ativos e passivos;
- Descontos obtidos;
- Variação cambial ativa e passiva;
- Outras receitas financeiras.

A receita e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determina que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócio da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

h. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções, vistorias e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado no exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Edificações	60 anos
Equipamentos de informática	10 anos
Instalações	35 anos
Máquinas e equipamentos	35 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Instrumentos e ferramentas	15 anos
Veículos e utilitários	20 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis: (ii) Outros ativos intangíveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Amortização: A amortização é calculada

utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada é a seguinte: Descrição Vida útil Software 20 anos Os métodos de amortização, as vidas úteis são revistas a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. j. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos

financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. k. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. l. Ca- Página 3 de 5 pital social: As ações do capital social são classificadas como patrimônio líquido. m. Redução ao valor recuperável (impairment): Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: -Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. - Ativos de contrato. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações; ou - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; - Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, A Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. n. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras. o. Lucro líquido por ação: O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação

suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. p. No- vas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas nor- mas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26 1 Apresentação das Demonstra- ções Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requi- sitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações des- continuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela adminis- tração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financei- ras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informa- ções nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demons- tração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demons- trações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". (b) Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensu- ração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7) 7. Caixa e equivalentes de caixa 2024 2023 Caixa e bancos 3.280 4.621 Aplicações financeiras 48.027 12.608 51.307 17.229 O caixa e equivalentes de caixa é composto de saldo em conta corrente e aplicações financeiras empenhados para atender pagamentos dos passivos circulantes assim como despesas operacionais e administrativas. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos com vencimentos não superior a 3 meses, de alta liquidez e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo (não investimento). Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras referem-se a CDBs, com remuneração média anual de 105% CDI (105% CDI em 2023), com liquidez diária e sem risco de mudança de valor. As informações sobre a exposição da Com- panhia a riscos de mercado, de crédito e de empréstimos e recebíveis relacio- nados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa 20. 8. Contas a receber Mercado interno: 2024 2023 Etanol 12.424 6.618 Venda com parte relacionada nota 17 909 1.032 (-) Provisão para perda de clientes (1.558) – 11.775 7.650 O saldo de contas a receber é representado substancialmente por saldos referentes a contraprestação pela venda de produtos e coprodutos acabados (etanol, DDGS). Perdas por redução no valor recuperável: A Companhia avalia as perdas de crédito esperadas do contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por cliente e segmento; (b) atribuição de uma classificação de crédito para cada cliente com base em medidas qualitativas e quantitativas para o cliente, conforme determinado por políticas internas (nota explicativa 20); e c) atribui um percentual de perdas de crédito esperadas com base nos itens (a) e (b) acima e na situação do crédito do cliente (atual ou vencido). Com base no histórico de perda e nas expectativas em relação ao desempenho futuro dos atuais recebíveis, a avaliação da Companhia é que o risco remanescente para os saldos a vencer não é significativo para consti- tuição de provisão. A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi a seguinte: 2024 2023 A vencer: 7.453 4.798 Vencidos: Até 30 dias 3479 593 Entre 31 e 120 dias 13 – Entre 121 e 180 dias 3 – Entre 181 e 360 dias 18 1.228 A mais de 360 dias 2.367 – 13.333 7.650 As mudanças na provisão para perdas de crédito esperadas durante o ano dos ativos contratuais estão apresentadas na tabela a seguir: Descrição 2024 Saldo inicial – (+) Constituição no período 1.558 (-) Reversões / baixas – Saldo final 1.558 A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensi- bilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa 20. 9. Estoques 2024 2023 Matéria-prima 66.561 105.951 Produto acabado 5.191 21.862 Insumos de produção 25.657 26.862 Estoque almoxarifado 11.267 13.308 Provisões para perdas de estoque (4.287) (2.938) 104.389 165.045 A composição do custo dos produtos vendidos está demonstrada na nota ex- plicativa 22. Movimentação da provisão para perdas: 2024 2023 Saldo inicial (2.938) (3.117) (+) Constituições no período (4.287) (420) (-) Reversões 2.938 599 Saldo final (4.287) (2.938) 10. Impostos a recuperar 2024 2023 COFINS a recuperar (i) 41.990 43.540 PIS a recuperar (i) 8.957 677 IRRF a recuperar 70 23 IRRF a recuperar s/ aplicação financeira 1.149 1.149 ICMS a recuperar – 19 52.166 45.408 Circulante 31.650 24.892 Não circulante 20.516 20.516 (i) Corresponde a saldo de PIS e COFINS a recuperar declarados nas suas obrigações acessórias, originados substancialmente pela compra de matéria- -prima milho, biomassa e aquisição de ativo imobilizado. 11. Imobilizado Edificação Equipamentos de informática Instalações Máquinas e Equipamentos Móveis e Utensílios Instrumentos Ferramentas Terrenos Veículos e Utilitários Obras em Andamento Total Custo: Em 31/12/2022 35.020 1.710 16.045 111.503 872 1.625 8.301 998 37.858 213.932 Adições – 488 218 1.170 127 124 – – 98.300 100.427 Baixas – (2) – – (1) – – – (3) Transferência – – – 1.790 – – – (1.790) – Juros capitalizado – – – – – 3.142 3.142 Em 31/12/2023 35.020 2.196 16.263 114.463 998 1.749 8.301 998 137.510 317.498 Adições – 180 124 2.162 74 48 – 128 26.808 29.524 Baixas – 1 – – – – – 1 Transferência – – – – – – – – – Em 31/12/2024 35.020 2.377 16.387 116.625 1.072 1.797 8.301 1.126 164.318 347.023 Depreciação acumulada: Em 31/12/2022 (1.684) (750) (1.826) (13.883) (162) (238) – (191) – (18.733) Adições (639) (292) (447) (4.046) (54) (121) – (71) – (5.670) Baixas – 1 – – – – – 1 Em 31/12/2023 (2.323) (1.041) (2.273) (17.929) (216) (359) – (262) – (24.402) Adições (347) (331) (495) (4.850) (84) (138) – (100) – (6.345) Baixas – – – – – – – – – Em 31/12/2024 (2.670) (1.372) (2.768) (22.779) (300) (497) – (362) – (30.747) Saldos líquidos em 31/12/2023 32.697 1.155 13.990 96.534 782 1.390 8.301 736 137.510 293.096 Saldos líquidos em 31/12/2024 32.350 1.005 13.619 93.846 772 1.300 8.301 764 164.318 316.276 Imobilizado em andamento: O imobilizado em andamento representa subs- tancialmente os investimentos realizados na construção do armazém de grãos e melhorias na operação. Esses investimentos estão divididos em compra de peças e equipamentos e serviços de construção civil (terraplanagem e edifica- ção), serviços de montagem, mão de obra própria, gastos gerais necessários para colocação do bem em funcionamento, conforme CPC 27. Garantias: Na data das demonstrações financeiras, existiam bens do ativo imobilizado ofe- recidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários no montante de R\$ 48.996 (Alienação e Cessão Fiduciária, Penhor), conforme de- talhado na nota explicativa 14. Provisão para redução ao valor recuperável: A Companhia avalia, ao final de cada exercício de divulgação, eventuais indi- cativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023. 12. Intangível Custo Em 31 de dezembro de 2022 14.222 Adições – Em 31 de dezembro de 2023 14.222 Adições – Em 31 de dezembro de 2024

14.222 Amortização acumulada Em 31 de dezembro de 2022 (1.906) Adições (644) Em 31 de dezembro de 2023 (2.550) Adições (2.451) Em 31 de dezembro de 2024 (5.001) Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023 11.672 Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024 9.221 13.

Fornecedores Fornecedores nacionais 2024 2023 Matéria prima - milho – 8.634 Matéria-prima - milho partes relacionadas nota 17 119.214 93.836 Materiais e serviços - partes relacionadas nota 17 – 3.041 Reverse factoring - partes relacionadas nota 17 – 6.047 Materiais e serviços 14.056 15.906 133.270 127.464 14. Empréstimos e financiamentos Para a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa 20. Moeda nacional Indexador Moeda Garantias Vencimento 2024 2023 Banco do Brasil S. A IPCA BRL (i) 2022 a 2032 29.334 30.261 Banco Bradesco S. A CDI BRL (i) 2022 a 2026 10.874 10.381 Banco Itaú S. A CDI BRL (i) 2020 a 2026 48.220 100.127 Banco Safra S. A CDI BRL (i) 2023 a 2026 15.834 15.908 Banco Votorantim S.A CDI BRL (i) 2021 a 2026 – 20.013 Cooperativa de Crédito-SICOOB CDI BRL (i) 2022 a 2025 31.833 29.831 Cooperativa de Crédito-SICREDI CDI/IPCA/TR BRL (i) 2021 a 2028 64.458 39.344 Reverse factoring - partes relacionadas nota 17 CDI BRL (i) 2024 a 2025 17.570 – 218.123 245.865 Circulante 94.477 138.788 Não circulante 123.646 107.077 (i) As garantias compreendem alienação judiciária de imóveis; cédula de produto rural, produto etanol hidratado; alienação de máquinas e equipamentos, con- forme nota “garantias” abaixo. a) Reconciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa: Moeda 2023 Captações Juros apropriados Pagamentos Juros pagos 2024 Banco do Brasil S.A. BRL 30.261 – 3.397 (946) (3.378) 29.334 Banco Bradesco S.A. BRL 10.381 10.000 1.723 (10.000) (1.230) 10.874 Banco Itaú S.A. BRL 100.127 – 11.302 (43.019) (20.190) 48.220 Banco Safra S.A. BRL 15.908 15.000 2.086 (15.000) (2.160) 15.834 Banco Votorantim S.A. BRL 20.013 – 638 (20.000) (651) – Cooperativa de Crédito - SICOOB BRL 29.831 26.000 3.700 (24.000) (3.698) 31.833 Cooperativa de Crédito - SICREDI BRL 39.344 31.792 8.252 (11.517) (3.413) 64.458 Reverse factoring - partes relacionadas nota 17 BRL – 17.570 2.013 (6.047) (2.013) 17.570 245.865 100.362 33.111 (130.529) (36.733) 218.123 Moeda 2022 Captações Juros apropriados Juros capitalizado Pagamentos Juros pagos 2023 Banco do Brasil S.A. BRL 15.642 14.462 306 3.142 – (3.291) 30.261 Banco Bradesco S.A. BRL 10.106 10.000 1.908 – (10.000) (1.633) 10.381 Banco Itaú S.A. BRL 85.134 20.000 13.892 – (13.150) (5.749) 100.127 Banco Safra S.A. BRL 8.489 15.000 1.759 – (8.000) (1.340) 15.908 Banco Votorantim S.A. BRL – 20.000 699 – – (686) 20.013 Cooperativa de Crédito - SICOOB BRL 20.911 18.000 3.952 – (10.000) (3.032) 29.831 Cooperativa de Crédito - SICREDI BRL 9.204 30.000 5.356 – (3.764) (1.452) 39.344 149.486 127.462 27.872 3.142 (44.914) (17.183) 245.865 ALD BIOENERGIA DECIOLÂNDIA S/A Página 4 de 5

b) Cronograma de amortização da dívida: Vencimento 2024 2025 94.477 2026 57.246 2027 31.953 2028 19.782 2029 3.672 2030 3.667 2031 3.667 2032 3.660 c) Garantias: Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por bens do ativo imobilizado e por estoques, conforme detalhado abaixo: • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor contábil líquido de R\$ 49 mil; • 1.391.458 sacas de milho, vinculadas a operações contratadas em 2023; • 3.686.730 litros de etanol hidratado, vin- culados a garantias vigentes em 31 de dezembro de 2024; • 1.873.000 kg de DDGS, vinculados a contratos firmados em 2024; Adicionalmente, determina- dos contratos preveem garantias pessoais, como avais, conforme disposições contratuais. As garantias são formalizadas por meio de Cédulas de Crédito Ban- cário (CCB), Cédulas Rurais Pignoratícias (CRP) e alienações fiduciárias, devi- damente registradas junto às instituições financeiras credoras, em conformida- de com as exigências contratuais. d) Cláusulas Restritivas (“covenants”): A Companhia possui contratos financeiros com cláusulas restritivas (“covenants”) de natureza financeira, que impõem obrigações relacionadas à manutenção de determinados indicadores de desempenho e exigências operacionais. Entre os principais covenants financeiros destacam-se: • Dívida Líquida / EBITDA $\leq 1,5x$; • Despesas Financeiras Líquidas / EBITDA $\leq 2,0x$; • Caixa mínimo de R\$ 20 mil, em dinheiro ou aplicações de liquidez imediata. Esses índices devem ser apurados com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas. No entanto, no exercício encerrado em 31 de dezembr de 2024, a Companhia não atingiu integralmente os limites estabelecidos contratualmente. A Administração obteve o waiver após 31 de dezembro de 2024 e anterior à data de emissão das demonstrações financeiras, junto as respectivas instituições financeiras para as cláusulas abaixo, consequentemente, os empréstimos passam a não ser mais exigíveis pelos credores em 31 de dezembro de 2024. Em função do exposto, a Administração optou por não reclassificar os valores envolvidos do passivo não circulante para o passivo circulante, procedimento este que está em desacordo com o determinado pelo Pronunciamento técnico CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. • Uma das instituições financeiras aceitou o des- cumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA $\leq 1,5x$, bem como do requisito de caixa mínimo, ajustando este último para R\$ 51.000 em dezembro de 2024; • Outra instituição financeira aceitou o descumprimento do índice Dívida Líqui- da/EBITDA $\leq 2,0x$, mantendo os demais termos contratuais vigentes. 15. Impostos e contribuições a recolher 2024 2023 ICMS a recolher 2.224 2.268 Encargos sobre a folha de pagamento 199 38 PIS/COFINS/CSLL retido serviços terceiros – 13 ISS s/ serviços tomados – 61 FUS e FES 26 102 IRPJ e CSLL 1.222 – Outros impostos a recolher 1.919 18 5.590 2.500 A Companhia recolhe os impostos retidos de terceiros, referentes ao ICMS, INSS, FUNRURAL, IRRF, e ISS, bem como PIS, COFINS e CSLL incidentes sobre serviços contratados, no tocante a esses tributos a forma de recolhi- mento é mensal. 16. Transações com partes relacionadas Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia manteve saldos com partes relacionadas decorrentes de transações realizadas no curso normal das operações. A seguir, apresentamos os saldos patrimoniais existentes: a. Saldos e transações ativas: Saldos em aberto Natureza do relacionamento 2024 2023 Ativo Circulante: Contas a receber de clientes Diogo Antônio Rutilli Acionista 845 738 José Milton Falavinha e Outros Acionista 34 9 José Afonso Gonçalves Acionista 30 196 Murilo Nicolli Acionista – 38 Romeu José Ciochetta e Outros Acionista – 51 Total do ativo - nota 9 909 1.032 b. Transações com partes relacionadas passivo: Fornecedores 2024 2023 Cooperativa Agroindustrial Deciolândia - COOAD 119.214 99.836 119.214 99.836 c. Receita com partes relacionadas: 2024 2023 Cleverson Fabro 54 – Fazenda Bom Pastor 110 – Fazenda Cachoeira Da 279 – Fazenda Guzatti 63 – Fazenda Santo Antoni 169 – Fazenda Sao Paulo 17 – Fazenda Siriema 1.129 – Grupo Morena 1.180 – Jose Milton Falavinha 1.041 9 Diogo Antônio Rutilli 738 738 Luiz Alberto Gotardo - DDG´s 9 9 José Afonso Gonçalves 196 196 Romeu José Ciochetta e Outros – 51 Marcio Nicolli 49 38 5.033 1.041 Remuneração do pessoal chave da administração: As despesas com remu- neração dos principais executivos e administradores da Companhia refere- se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários e ho- norários da administração, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e re- munerações variáveis como participação nos resultados e bônus. O montante referente à remuneração paga aos administradores a título de benefícios de curto prazo está disposto a seguir: 2024 2023 Remuneração bruta 732 635 Gratificação por função 70 66 INSS 145 132 IRRF 180 142 1.127 975 17. Patrimônio líquido a. Capital social: Em 2024 a Companhia possui R\$ 90.000 (2023 R\$ 90.000) de capital social, correspondente a 90.000.000 (noventa milhões) ações ordi- nárias nominativas. A estrutura societária da Companhia está assim represen- tada, em 31 de dezembro de 2024: 2024 2023 Ações % de parti- cipação Ações % de parti- cipação José Milton Falavinha 10.305.000 11,45%

10.305.000 11,45% Geraldo Falavinha 7.713.000 8,57% 7.713.000 8,57% Laercio Bruno Falavinha 7.713.000 8,57% 7.713.000 8,57% José Afonso Gonçalves 5.175.000 5,75% 5.175.000 5,75% Luís Alberto Gotardo 5.175.000 5,75% 5.175.000 5,75% Marcio Nicolli 5.175.000 5,75% 5.175.000 5,75% Paulo Sergio de Asunção 5.175.000 5,75% 5.175.000 5,75% 2024 2023 Ações % de parti- cipação Ações % de parti- cipação Romeu José Ciochetta 5.175.000 5,75% 5.175.000 5,75% Vlademir Tavares 5.175.000 5,75% 5.175.000 5,75% Salazar Jonas Marquetti 4.392.000 4,88% 4.392.000 4,88% Horácio Tavares Junior 3.600.000 4,00% 3.600.000 4,00% Antonio Dilceu Guzzati 3.096.000 3,44% 3.096.000 3,44% Natal José Fabro 3.096.000 3,44% 3.096.000 3,44% Sidney Leal 3.096.000 3,44% 3.096.000 3,44% Raphael Psheidt 2.772.000 3,08% 2.772.000 3,08% Cleversson Fabro 2.079.000 2,31% 2.079.000 2,31% Diogo Rutilli 2.079.000 2,31% 2.079.000 2,31% Napoleão Rutilli 2.079.000 2,31% 2.079.000 2,31% Valtemir Carlim 2.079.000 2,31% 2.079.000 2,31% Adriano Marcelo Nora 1.017.000 1,13% 1.017.000 1,13% Gustavo José Talheimer 1.017.000 1,13% 1.017.000 1,13% Murilo Nicolli 1.017.000 1,13% 1.017.000 1,13% Valdecir Chiamulera 1.017.000 1,13% 1.017.000 1,13% Clovis Ademir Scherer 783.000 0,87% 783.000 0,87% Total 90.000.000 100,00% 90.000.000 100,00% b. Reserva legal: É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c. Reserva de incentivos fiscais: Trata-se de subven- ção para investimento que deve ser tratado como reserva de incentivo fiscal nos termos do artigo 30 da Lei 12.973/2014, sendo reconhecido no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, uma vez que foram atendidas as condições do Pronun- ciamento Técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais, considerando que a legislação não permite a sua distribuição dentro do período de vigência, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolhimento do tributo. Adicionalmente o valor resultante de reserva de incentivos fiscais - PRODEIC, somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital e a reserva de incentivos fiscais - demais be- nefícios poderão ser utilizada para aumento de capital, distribuição de lucros, capital de giro ou aquisição de bens para ativo imobilizado. 2024 2023 Saldo em 31 de dezembro 59.627 55.862 Subvenção para investimento - PRODEIC 8.240 – Subvenções para Investimento - Benefícios fiscais 7.066 3.765 Saldo em 31 de dezembro 74.933 59.627 Crédito Presumido de ICMS: A Companhia aderiu ao programa PRODEIC - Investe Mato Grosso Biocombustíveis, que consiste em crédito presumido de ICMS nas operações interestaduais de produtos de sua produção, renunciando a créditos por entradas. A Companhia não foi beneficiada com o programa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Em 2024 a Companhia foi beneficiada com o benefício fiscal da LC 160/2017, totalizando R\$15.306, (3.765 em 2023) sendo reconhecido na rubrica de receita “Subvenções para Investimentos”, reduzindo a despesa do respectivo tributo”. Para fins de im- posto de renda e contribuição social tais incentivos fiscais não são tributados e a reserva para incentivos fiscais é constituído nos termos da lei da reserva de incentivo (Art. 30 da Lei 12.973/2014). ICMS sobre diferencial de alíquota: O mesmo programa de incentivos PRODEIC - Investe Mato Grosso Biocombustí- veis concede benefício do Diferimento do ICMS Diferencial de Alíquotas sobre aquisição interestadual de entrada de bens para o ativo imobilizado, tendo como contrapartida da Companhia ao incentivo o recolhimento de 10% sobre o valor incentivado a título de Fundos específicos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não reconheceu o incentivo tendo por contrapartida a conta de despesa. Subvenção SUDAM: O projeto de industria- lização de etanol de milho das unidades de Tangara da Serra enquadram-se no incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ, de acordo com as disposições constantes do art. 1º, §§1º a 3º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei 11.196/2005, em setores da economia e que estejam situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimen- to da Amazônia (SUDAM). O projeto foi aprovado em 2022, conforme laudos nº 039/2022, nº 040/2022, nº 041/2022 para etanol, DDG’s e energia elétrica, respectivamente. A finalidade da redução de 75% do IRPJ para o período de 10 (dez) anos refere- se aos seguintes produtos: (1) etanol hidratado/anidro; (2) DDG’s e (3) Energia Elétrica conforme Ato Declaratório Executivo publicado em 08 de julho de 2022, Resolução nº 350/2022. d. Dividendos: De acordo com o estatuto social, após constituído as reservas legais, o restante dos lucros terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas detentores de ações preferenciais (se for caso), um dividendo mínimo obrigatório de 20% do lucro líquido apurado no exercício, após a constituição das reservas legais, e, para os demais acionistas ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. 2024 2023 Lucro/prejuízo) líquido do exercício 24.963 (5.987) Base de cálculo 24.963 (5.987) Reserva legal (i) 1.248 – Reserva de incentivos fiscais 15.306 – Dividendo mínimo obrigatório Transferência de retenção de lucros 1.682 – – – (i) A Reserva Legal é uma reserva de lucros obrigatória, determinada pelo ar- tigo 202 da Lei 6.404/76, que estabelece que as sociedades por ações devem destinar anualmente 5% do lucro líquido para essa reserva, até que seu mon- tante alcance 20% do capital social. Essa reserva tem como finalidade garantir a integridade do capital social da companhia, protegendo-a contra possíveis perdas e proporcionando maior solidez financeira. Além disso, a Reserva Legal só pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social da empresa, não podendo ser distribuída aos acionistas na forma de dividendos. O dividendo proposto para o exercício de 2024 é de R\$ 1.682. No exercício de 2023, não houve distribuição de dividendos, uma vez que a companhia apresentou prejuízo no balanço contábil. O pagamento de dividendos realizado em 2024 refere-se ao lucro apurado no exercício de 2022. (ii) Nos termos do estatuto social, a Companhia deverá distribuir, a título de dividendo obrigatório, 20% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório corresponde ao lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal, nos termos do inciso I do artigo 193 da mesma Lei. 2024 2023 Saldo em 1 de janeiro 3.341 3.341 Dividendos mínimos Dividendos adicionais 1.682 – – – Compensação – – Pagamento (3.341) – Saldo em 31 de dezembro 1.682 3.341 e. Retenção de lucros: Corresponde ao saldo de lucros após as destina- ções estatutárias e legais, a disposição dos acionistas conforme proposta da Administração. Sua destinação será deliberada por conta da Assembleia que aprovar as demonstrações financeiras. Essa proposta está baseada na necessidade de manter capital de giro e de atender os projetos atuais e de expansão dos negócios previsto no seu plano de investimento denominado orçamento de capital. 18. Gestão de capital A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem represen- tado pela “dívida líquida”, dividido pelo “patrimônio líquido”. A dívida líquida é calculada como o total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimo- nial), menos caixa e equivalentes de caixa. 2024 2023 Total do passivo 368.448 384.864 (-) Caixa e equivalentes de caixa (51.307) (17.229) (=) Passivo líquido (A) 317.141 367.635 Total do patrimônio líquido (B) 189.652 166.371 Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B) 1,67 2,21 19. Provisões para contingências A Companhia é parte em processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos seja

exigida para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existem processos classificados como risco de perda provável. Os processos classificados com risco de perda possível somam os seguintes valores: Saldo em 31 de dezembro de 2022 670 Adições (191) Saldo em 31 de dezembro de 2023 479 Baixas (479) Saldo em 31 de dezembro de 2024 – 20. Instrumentos financeiros A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros com o objetivo de proteger o patrimônio, diminuindo as exposições relacionadas principalmente a riscos de câmbio, taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende mitigar, e acontece de acordo com a demanda das áreas de negócio. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos são classificadas nas categorias previstas no Pronunciamento Técnico CPC 48 e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo: a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. 31 de dezembro de 2024 Nota Valor justo por meio de resultado Custo amortizado Outros passivos financeiros Total Hierarquia do valor justo Ativos financeiros mensurados ao valor justo Aplicações financeiras 8 37.971 – – 37.971 Nível 2 Total 37.971 – – 37.971 Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo Caixa e bancos 8 – 13.336 – 13.336 – Contas a receber 9 – 11.775 – 11.775 – Total – 25.111 – 25.111 Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo Fornecedores 14 – – 133.270 133.270 – Empréstimos e financiamentos 15 – – 218.123 218.123 – Total – – 351.393 351.393 31 de dezembro de 2023 Nota Valor justo por meio de resultado Custo amortizado Outros passivos financeiros Total Hierarquia do valor justo Ativos financeiros mensurados ao valor justo Aplicações financeiras 8 12.608 – – 12.608 Nível 2 Total 12.608 – – 12.608 Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo Caixa e bancos 8 – 4.621 – 4.621 – Contas a receber 9 – 7.650 – 7.650 – Total – 12.271 – 12.271 Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo Fornecedores 14 – – 127.464 127.464 – Empréstimos e financiamentos 15 – – 245.865 245.865 – Total – – 373.329 373.329 b. Mensuração do valor justo: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. c. Método e técnicas de avaliação: Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração. d. Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de crédito. e. Estrutura do gerenciamento de risco: A Administração e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (i) Riscos de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, ALD BIOENERGIA DECIOLÂNDIA S/A Página 5 de 5 sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas. Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensados. 31 de dezembro de 2024 Passivos financeiros não derivativos Nota Valor contábil Total até 12 meses 1 a 2 anos 2 a 5 anos Mais de 5 anos Fornecedores 14 133.270 133.270 – – – Empréstimos e financiamentos 15 218.123 308.199 106.797 32.139 72.068 97.196 351.393 441.469 106.797 32.139 72.068 97.196 31 de dezembro de 2023 Passivos financeiros não derivativos Nota Valor contábil Total até 12 meses 1 a 2 anos 2 a 5 anos Mais de 5 anos Fornecedores 14 127.464 127.464 – – – Empréstimos e financiamentos 15 245.865 333.749 163.295 84.150 65.530 20.774 373.329 461.213 163.295 84.150 65.530 20.774 Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima. (ii) Risco de mercado: Exposição ao risco de taxa de juros: Na data das Demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era: Nota 2024 2023 Caixa e equivalentes de caixa 8 51.307 17.229 Empréstimos e financiamentos 15 (218.123) (245.865) (166.816) (228.636) Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Com base no saldo dos instrumentos, e nas taxas de juros, a Companhia efetua uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável das taxas de juros, na data das Demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir: Cenário 1 Cenários provável Valorização (R\$) Desvalorização (R\$) Cenário 2 Cenário 3 Cenário 2 Cenário 3 Risco % Valor 25% 50% -25% -50% Caixa e equivalentes de caixa 8 37.971 CDI 10,88% 4.131 5.164 6.197 3.098 2.066 Empréstimos e financiamentos 15 171.219 CDI 10,88% 16.544 20.680 24.816 12.408 8.272 Empréstimos e financiamentos 15 48.496 IPCA 4,83% 2.342 2.928 3.514 1.757 1.171 Total 238.524 23.017 28.772 34.526 17.263 11.509 (5.754) (11.509) 5.754 11.509 Cenário 1 Cenários provável Valorização(R\$) Desvalorização(R\$) Exposição Cenário 2 Cenário 3 Cenário 2 Cenário 3 Ativos e passivos financeiros 31/12/2023 Risco % Valor 25% 50% -25% -50% Caixa e equivalentes de caixa 8 12.608 CDI 12,73% 1.605 2.006 2.407 1.204 802 Empréstimos e financiamentos 15 (176.258) CDI 12,73% (22.438) (28.047) (33.656) (16.828) (11.219) Empréstimos e financiamentos 15 (69.607) IPCA 4,50% (3.132) (3.915) (4.698) (2.349) (1.566) Total (233.257) (23.965) (29.956) (35.947) (17.974) (11.982) 5.991 5.991 (5.991) (11.982) Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP e do IPCA no IBGE, na data-base do último dia útil de fevereiro de 2024. (ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrerem em perdas

financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Caixa e equivalentes de caixa: Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações. A Companhia utilizou uma abordagem similar à utilizada para títulos de dívida na avaliação da perda de crédito esperada em caixa e equivalentes de caixa. Clientes e outros recebíveis: A área de crédito é responsável por estabelecer limites para todos os clientes que efetuarem transações a prazo. Os parâmetros da definição de limites de crédito são: a) Informações de mercado (Serasa e network com outras empresas); e b) Análise financeira sobre as demonstrações financeiras. Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi: Nota 2024 2023 Caixa e equivalentes de caixa 7 51.307 17.229 Contas a receber de clientes 14 11.775 7.650 63.082 24.879 21. Receita líquida A Companhia por meio de suas operações gerou receita principalmente pela venda de etanol produzido do milho e seus derivados. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício: 2024 2023 Mercado interno Etanol hidratado 383.153 277.226 DDG's 67.649 72.924 Óleo de milho 16.534 3.059 Resíduo de milho 536 454 Receita de Cbios 9.988 9.413 Receita bruta 477.860 363.076 Deduções Impostos sobre vendas (66.140) (43.701) Devoluções de venda de produção própria (1.489) (1.574) Deduções da receita (67.629) (45.275) Receita líquida 410.231 317.801 22. Custos por natureza Os custos e despesas são demonstrados no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. 2024 2023 Etanol hidratado (230.665) (218.634) DDG's (70.182) (57.512) Óleo de milho (16.346) (2.412) Resíduo de milho (17) (358) Outros (8.782) (7.424) (325.992) (286.340) a. Custos por natureza: 2024 2023 Matéria-prima insumos (274.666) (249.724) Depreciação amortização (5.830) (7.650) Despesas com pessoal (18.299) (9.151) Materiais de manutenção (7.734) (2.639) Compra de combustíveis (2.853) (1.726) Materiais de consumo (3.328) (9.572) Despesa com viagens (751) (124) Aluguéis (2.602) (604) Serviços de terceiros (8.085) (5.150) (325.992) (286.340) 23. Despesas de vendas e distribuição 2024 2023 Despesas com pessoal (192) (143) Despesas com transportes (5.957) (5.684) Despesa com manutenção e serviços 65 (63) Comissão de vendas 192 (481) Outras despesas (771) (900) (6.663) (7.271) 24. Despesas administrativas e gerais 2024 2023 Despesas com pessoal (9.476) (7.138) Despesas com transportes (861) (1.326) Despesa com manutenção e serviços (3.917) (707) Despesa com comunicação (360) (405) Depreciação e amortização (1.986) (1.073) 2024 2023 Despesas uso e consumo (179) (208) Impostos e taxas (508) (1.381) Despesas com manutenção – (5) Outras despesas (935) (1.808) (18.222) (14.051) 25. Receitas (Despesas) financeiras líquidas 2024 2023 Receitas financeiras Descontos obtidos 662 43 Rendimento sobre empréstimos e aplicações 2.232 3.076 Ganho com variação monetária 686 2.156 Variação cambial 249 – Juros ativo 190 655 4.019 5.930 Despesas financeiras Juros passivos (622) (380) Amortização custos estruturação – (1.289) Descontos concedidos (25) (6) Juros sobre financiamentos (32.932) (27.872) Outras despesas (926) – Perda com variação monetária (1.623) – Variação cambial passiva (733) (1.021) (36.861) (30.568) Receitas (despesas) financeiras líquidas (32.842) (24.638) 26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos a. Composição, natureza e realização dos impostos diferidos: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base: 2023 Reconhecidos no resultado 2024 Ativo fiscal diferido Prejuízo fiscal 7.387 (2.367) 5.020 Provisão para perda de clientes – 530 530 Provisão para perda de estoque – 1.458 1.458 Provisão de juros – 680 680 Passivo fiscal diferido Juros financeiros capitalizados (782) (53) (835) Base líquida 6.605 248 6.853 Reconhecidos 2022 no resultado 2023 Ativo fiscal diferido Prejuízo fiscal 1.201 6.186 7.387 Passivo fiscal diferido Juros financeiros capitalizados (782) – (782) Base líquida (419) 6.186 6.605 b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue: 2024 2023 Lucro antes do imposto de renda e contribuição social 25.937 (12.173) Taxa nominal 34% 34% Imposto de renda e contribuição social: Tributos pela taxa nominal (8.819) 4.139 Tributos sobre exclusões (adições) permanentes: Outras adições a exclusões permanentes (6.541) (288) Incentivos fiscais 7.066 1.040 Incentivos fiscais - Prodeic 8.240 – Outros (920) 1.295 Total do imposto de renda e contribuição social (974) 6.186 Imposto de renda e contribuição social corrente (1.222) – Imposto de renda e contribuição social diferido 248 6.186 Total do imposto de renda e contribuição social (974) 6.186 Alíquota fiscal efetiva (4%) (51%) 27. Resultado por ação A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído: 2024 2023 Lucro líquido do exercício (a) 24.963 (5.987) Número da média ponderada das ações (b) (em milhares) 90.000 90.000 Resultado por ação básico e diluído (reais) (a) / (b) em R\$ 0,28 (0,07) 28. Compromissos - contratos a termos de compra de milho A Companhia realiza operações de compra de commodities a termo (matéria- -prima - milho), com preços fixados, para evitar ficar exposta a oscilações de preços dessa commodity. Nos termos do CPC 47 o valor justo deste instrumento financeiro não é reconhecido para os contratos a termo em aberto por serem celebrados e serem mantidos para fins de recebimento do milho, de acordo com os requisitos de compra e uso esperado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha contratos de compra de milho com preço fixado no volume de 159.720 toneladas (42.240 em 2023), sendo 100% do montante a serem entregues até o final de 2025. Marco Orozimbo Freer Rosas - Diretor Executivo DIRETORIA RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONTADOR Fernando Marques Capelette - CRC MT-018.462/O-8 Marcelo Evandro Alves - Diretor Financeiro Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da ALD Bioenergia Deciolândia S.A. Nova Marilândia - MT Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ALD Bioenergia Deciolândia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALD Bioenergia Deciolândia S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que

acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Cuiabá, 24 de junho de 2025 KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/F-7 Renan Moraes Lira - Contador CRC CE-023040/O-1

Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua Júlio Domingos de Campos - Centro Político Administrativo | CEP 78050-970 | Cuiabá, MT

Código de autenticação: fc7bf48d

Consulte a autenticidade do código acima em https://iomat.mt.gov.br/legislacao/diario_oficial/consultar